

CCJ DA CÂMARA

O conluio de partidos para conseguir anistia

Oposição e governo aprovam PEC que livra legendas de irregularidades eleitorais

» ANDREA MALCHER

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara deu aval, ontem, à proposta de emenda à Constituição (PEC) que anistia partidos políticos por descumprirem a obrigatoriedade de repassar pelo menos 5% do fundo eleitoral à promoção de candidaturas de negros e mulheres. O texto, que também livra as legendas de irregularidades na prestação de contas, foi aprovado por 45 a 10, com votos de siglas do governo e da oposição. Agora, a PEC seguirá para análise de uma comissão especial.

Autor da matéria, o deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) argumenta ser necessário determinar um marco para que as sanções da Justiça Eleitoral sejam aplicadas. No texto, existe a alegação de que muitos partidos tiveram dificuldade para se adaptar à nova regra.

Presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR) disse que multas e retenções impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no caso de descumprimento das cotas são abusivas e inviabilizam os partidos. “Uma multa não pode ser abusiva. Tem de aplicar a punição, mas tem de ser pedagógica, para a questão não acontecer de novo”, frisou. “Como temos multas abusivas, como essa de cotas, que o TSE já está estudando aplicar R\$ 20 milhões, R\$ 50 milhões, são inexequíveis. E por isso que temos reiteradas anistias neste Parlamento.”

A parlamentar destacou ser essa uma oportunidade de constituir as cotas. “É importante também dizer que não podemos apenas ficar com as cotas. Acho que, neste caso que estamos conversando sobre as multas, elas não podem ser o único mecanismo para que os partidos avancem”, ressaltou.

Ela sugeriu que os partidos que não cumprirem a regra percam uma cadeira ocupada por um homem, e o lugar fique com uma mulher. Essa e outras ideias e ressaltos serão apresentadas na comissão especial, como informou a petista.

Já a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) repudiou a tentativa de perdoar as irregularidades

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Gleisi Hoffmann alegou que as “reiteradas anistias” ocorrem por causa de multas abusivas impostas pelo TSE

» Tempo para adaptação

O deputado Delegado Éder Mauro (PL-PA) disse que a proposta vem para “corrigir os problemas” trazidos por uma outra PEC, incorporada à Constituição em 2022, por não ter tido um ano de antecedência para que os partidos se adequassem. Porém, a emenda aprovada pelo Congresso adiou a vigência da cota para mulheres e negros de 2020 para 2022. Parlamentares tiveram, anteriormente, dois anos para se adaptar.

cometidas por legendas. “Não é à toa que esta é a quarta lei que institui a anistia aos partidos que não cumprem a legislação, que era amplamente conhecida antes da disputa eleitoral, só que esta é a maior anistia da história”, enfatizou ela, que recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a proposta.

Alfinetada

Por sua vez, o deputado Kim Kataguirí (União-SP) criticou o fato de “partidos de esquerda”,

Restituição

Somados os valores de restituição ao erário por irregularidades na conta partidária entre 2015 e 2017, o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terá que devolver pouco mais de R\$ 23 milhões. O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, terá que enviar R\$ 4,7 milhões. A Justiça Eleitoral tem o prazo de até cinco anos para julgar as contas das legendas.

grandes defensores das cotas, tem defendido a anistia.

“Os próprios partidos de esquerda — com exceção do PSol, que está sendo coerente nesta votação — que votaram essas cotas e que discursaram no plenário falando ‘veja só, estamos aprovando as cotas para colocar mulher e negro na política, veja como somos plurais, quem vota contra a cota não quer ver negro ou mulher na política’. (...) Fizeram a torto e a direito no plenário, aí, eles descumprem a lei, não passam os recursos para mulheres e negros.

Qual é a solução? Se descumpriremos a lei, vamos anistiar, liberar o partido de qualquer multa”, alfinetou ele, que votou contra a PEC.

Jorge Goetten (PL-SC) afirmou que os avanços da lei são indiscutíveis, mas argumentou que a decisão de aplicar as cotas na eleição de 2022 foi um “canetaço” da Justiça, que os partidos não têm condições de cumprir.

“É muito injusto jogar no colo dos partidos, dos parlamentares. É o que está acontecendo aqui. Isso foi causado por uma ingerência do TSE, uma decisão unilateral”, acusou. “É isso que estamos discutindo, corrigindo, porque essa lei, desde o nascedouro, é impraticável, inatingível. (...) O TSE, no calor das eleições, deu esse canetaço.”

A PEC da Anistia foi protocolada no fim de março e teve o apoio de 184 deputados, entre eles, líderes de oito legendas na Câmara: PL, Republicanos, PSDB, PSB, PDT, PSD, Avante e Podemos. José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Casa, e Carlos Jordy (PL-RJ), líder da oposição, marcaram a surpreendente **união entre siglas**.

JUSTIÇA ELEITORAL

TSE cassa o mandato de Dallagnol

» LUANA PATRIOLINO

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou ontem, por unanimidade, o mandato do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR). Pela decisão dos ministros, os votos recebidos pelo ex-coordenador da Operação Lava-Jato serão destinados ao partido. Os magistrados seguiram o entendimento do relator, Benedito Gonçalves. Ainda cabe recurso.

A ação foi apresentada por partidos sob o argumento de que o parlamentar deveria ser barrado pela Lei da Ficha Limpa, ao ter deixado a carreira de procurador tendo pendentes processos administrativos no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A coligação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV) no Paraná e o Partido da Mobilização Nacional (PMN) destacaram que a chamada Lei da Ficha Limpa proíbe magistrados e membros do MP de lançarem candidatura se tiverem pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de investigações disciplinares.

No parecer, Benedito Gonçalves afirmou que Dallagnol pediu exoneração do cargo de procurador para evitar uma eventual

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados



Cassação do deputado ocorreu com base na Lei da Ficha Limpa

punição administrativa, que poderia deixá-lo inelegível. “Constatada, assim, que o recorrido agiu para fraudar a lei, uma vez que praticou, de forma capciosa e deliberada, uma série de atos para obstar processos administrativos disciplinares contra si e, portanto, elidir a inelegibilidade”, destacou.

Em nota, Dallagnol afirmou

ser vítima de retaliação. “344.917 mil vezes paranaenses e de milhões de brasileiros foram caladas nesta noite (ontem) com uma única canetada, ao arpejo da lei e da Justiça”, criticou. “Meu sentimento é de indignação com a vingança sem precedentes que está em curso no Brasil contra os agentes da lei que ousaram combater a corrupção”, acrescentou.

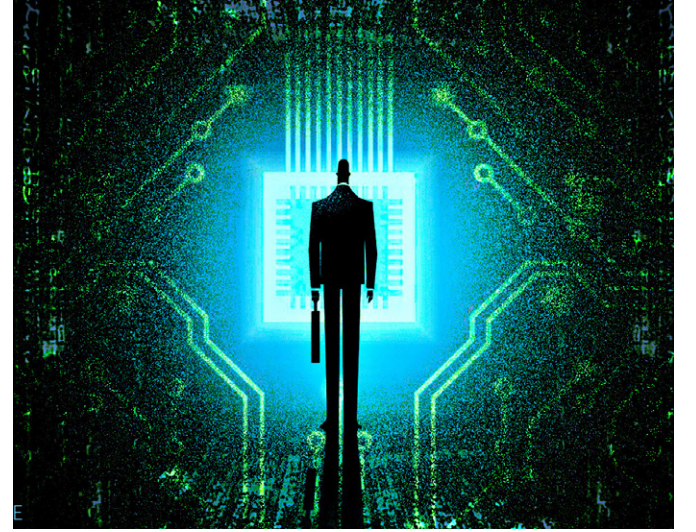
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Lira quer aprovar direito autoral em separado

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende levar ao plenário hoje dois temas polêmicos da lei de regulamentação das big techs, que serão votados em separado: os direitos autorais dos artistas e a remuneração dos jornalistas, projeto que será relatado pelo deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), como parte da nova lei do direito autoral. A manobra retira do projeto de regulamentação das big techs esses dois temas, que geraram muitas controvérsias e envolvem grandes interesses econômicos.

Segundo o relator do projeto de regulamentação das big techs, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), o fatiamento favorecerá a aprovação dos dois projetos. “Estamos negociando agora a proposta de instituição reguladora, que precisa ser independente. As divergências com a bancada evangélica já foram superadas.” O tema mais polêmico continua sendo a criação de uma instituição reguladora, que precisa ser independente e reconhecida por todos. O empoderamento da Anatel, agência regulatória das telecomunicações, não tem a menor chance de ser aprovado, assim como qualquer proposta de órgão regulador que dê ao governo o poder de fiscalização.

O fatiamento da regulamentação das big techs somente foi possível porque o projeto de nova lei dos direitos autorais, que há anos tramita na Casa, deve ser votado em regime de urgência, por decisão do presidente da Câmara. Caso a urgência seja aprovada, como deseja Lira, o mérito do projeto também deve ser apreciado ainda hoje. Relator do texto, Elmar Nascimento enxugou o projeto da nova lei dos direitos autorais, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), para tratar principalmente da regulamentação das relações entre as high techs, plataformas e mídias com produtores de conteúdo, entre os quais artistas e jornalistas.

Arcabouço e combustíveis

A votação será feita após a apreciação do regime de urgência para aprovação do novo arcabouço fiscal, que deverá ser apresentado hoje pelo relator, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA). Protocolado ontem, o relatório sobre o projeto de lei do novo arcabouço fiscal foi fechado após intensas negociações entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; os líderes partidários; e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Depois, o ministro alinhou o acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula pediu que a política de valorização do salário mínimo e o Bolsa Família fossem blindados no novo arcabouço, ficando fora do contingenciamento, o que deve ser motivo de grande polêmica com a oposição. O acerto é uma vitória do ministro da Fazenda, que enfrentava o “fogo amigo” da bancada petista. “Todo mundo sai do acordo tendo que ceder em alguma coisa”, disse Haddad, que confia nas negociações com os líderes e com Lira para obter os 257 votos necessários para aprovação do regime de urgência. “Nós temos o desafio de aprovar esse arcabouço com uma larga margem de votação, para dar consistência ao regime fiscal do país”, avalia o ministro.

Combustíveis

As negociações do novo arcabouço foram concluídas no mesmo dia em que o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciou a redução dos preços da gasolina (-12,6%), do óleo diesel (-12,8%) e do gás de cozinha (-21,3%). Com essa redução, segundo a Petrobras, o preço do botijão de gás para o consumidor final pode cair abaixo dos R\$ 100. O valor praticado na revenda, no entanto, não é controlado diretamente pelo governo.

No mercado, houve reação positiva à intervenção do governo na economia, porque o presidente da Petrobras afirmou que a nova política de preços da estatal não se afastará da “referência internacional dos preços”. Segundo Prates, o preço global do petróleo será considerado, mas em outro modelo. “Estamos comunicando ao mercado um ajuste na estratégia comercial de composição de preço e nas condições de venda. Esse modelo maximiza a incorporação de vantagens competitivas, sem se afastar absolutamente da referência internacional dos preços”, disse.

Especialistas do mercado acreditam que, com a nova política, a Petrobras será mais competitiva. A ação preferencial PETR4 subiu 2,49% no dia, e fechou a R\$ 26,30. A ordinária, PETR3, subiu 2,24% e fechou a R\$ 29,20 no dia.